

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Directo

**"Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água Potável do Município – Desinfecção dos
Reservatórios – PAM: 2018/A/69"**

1. DESIGNAÇÃO O PROCEDIMENTO

Escolha e início do procedimento por Ajuste Direto – “Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água Potável do Município – **Desinfecção dos Reservatórios – PAM: 2018/A/69**”.

2. TIPO DE PROCEDIMENTO

Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 1, do art. 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

3. OBJECTO DO PROCEDIMENTO

3.1 A escolha e Início do procedimento por Ajuste Direto – “Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água Potável do Município – **Desinfecção dos Reservatórios – PAM: 2018/A/69**”.

3.2 Na proposta o concorrente terá de respeitar as referências, por cada bem objeto do presente procedimento.

3.3 Na proposta, os concorrentes deveram apresentar os seguintes elementos:

- a) Preço unitário proposto;
- b) Indicação do valor global da proposta;
- c) Nota justificativa do preço proposto.

3.4 A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, com indicação da taxa legal aplicável.

3.5 A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, elaborada em papel timbrado da empresa.

4. REQUISITOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

O trabalho de desinfecção deverá ser efetuado recorrendo a produtos certificados para o contato com água potável. Os depósitos a desinfetar e higienizar são os seguintes:

Município	Subsistema	Reservatório	Capacidade (m³)
Alijó	Vila Chã	Vila Chã	500
Alijó	Sanfins do Douro	Sanfins do Douro	525
Alijó	Sanfins do Douro	Sanfins do Douro	100
Alijó	Sanfins do Douro	Sanfins do Douro	100
Alijó	Cheires	Cheires	50
Alijó	Cheires	Cheires	50
Alijó	Agrelos	Agrelos	50
Alijó	Presandães	Presandães	150
Alijó	Chã	Chã	50
Alijó	Alijó	Alijó - Zona Alta	50
Alijó	Alijó	Alijó - Santo António	200

Alijó	Alijó	Alijó - Santo António	600
Alijó	Alijó	Alijó - Lama Boa	150
Alijó	São Mamede de Ribatua	São Mamede de Ribatua	350
Alijó	São Mamede de Ribatua	São Mamede de Ribatua	40
Alijó	Safres	Safres	50
Alijó	Amieiro	Amieiro	30
Alijó	Granja	Granja	250
Alijó	Cotas	Cotas	100
Alijó	Castedo	Castedo	80
Alijó	Favaios	Favaios	100
Alijó	Favaios	Favaios	350
Alijó	Favaios	Favaios - Zona Intermédia	50
Alijó	Favaios	Favaios - Zona Baixa	150
Alijó	Soutelinho	Soutelinho	50
Alijó	Vilarinhos de Cotas	Vilarinho de Cotas	300
Alijó	Casas da Serra	Casas da Serra	200
Alijó	Carlão	Carlão	150

Alijó	Franzilhal	Franzilhal	25
Alijó	Santa Eugénia	Santa Eugénia	100
Alijó	Santa Eugénia	Santa Eugénia	50
Alijó	Vila Chã	Vila Chã	250
Alijó	Francelos	Francelos	50
Alijó	Vilar de Maçada	Vilar de Maçada	200
Alijó	Sanradela	Sanradela	50
Alijó	Pegarinhos	Pegarinhos - Telef	30
Alijó	Pegarinhos	Pegarinhos - Capela	250
Alijó	Carvalho	Carvalho	150
Alijó	Alto de Carvalho	Alto de Carvalho	300
Alijó	Casas da Estrada	Casas da Estrada	20
Alijó	Pópulo	Pópulo	50
Alijó	Freixo	Freixo	50
Alijó	Jorjais	Jorjais	20
Alijó	Perafita	Perafita	60
Alijó	Vila Verde	Vila Verde	100

Alijó	Balsa	Balsa	50
Alijó	Fundões	Fundões	40
Alijó	Souto de Escarção	Souto de Escarção	50
Alijó	Vale de Agodim	Vale de Agodim	50

Processo de desinfecção e higienização dos reservatórios de água para consumo humano deverão ser os seguintes:

- Preparação dos trabalhos/ lavagem inicial;
- Pulverização de desinfetante/ desincrustante;
- Verificação da eficácia da desinfecção.

Deverá ser incluído nos trabalhos referidos anteriormente os seguintes processos:

- Neutralização das águas de lavagem;
- Análise da ATP;
- Colocação de certificado de higienização em cada reservatório de água;
- Apresentação de relatório de execução e conclusão dos trabalhos.

5. PREÇO BASE

Nos termos do disposto do n.º 1, do art.º 47º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual, o preço base, para "Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água Potável do Município – **Desinfecção dos Reservatórios – PAM: 2018/A/69**", é de 9.088,35 € (nove mil e oitenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

6. PREÇO CONTRATUAL

6.1 Pela prestação de serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante irá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

6.2 O preço será mantido durante a duração da prestação de serviços até ao montante da adjudicação, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, não sofrendo alterações devido a outros fatores.

7. FACTURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 A faturação será efetuada após a prestação dos serviços, conforme condições estipuladas neste Caderno de Encargos.

7.2 Os pagamentos serão efetuados após a finalização da presente prestação de serviços.

7.3 As faturas terão que coincidir rigorosamente com as requisições de serviço emitidos pela Câmara Municipal de Alijó, quer em valor, quer na descrição dos serviços prestados.

7.4 O pagamento será efetuado, após aceitação das faturas, até ao prazo de 30 dias.

8. PENALIDADES

8.1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, excepto se a situação se enquadrar no previsto no ponto 10.

8.2 Caso não se enquadre no ponto mencionado anteriormente, o Município reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sendo obrigação do adjudicatário pagar uma indemnização ao adjudicante que pode variar de 5% a 15% do valor de

adjudicado, sendo que nos incumprimentos parciais, por cada dia de atraso a coima a pagar ao Município seja de 0,5% do valor contratual.

8.3 Na determinação da gravidade dos incumprimentos ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

9. CASOS DE FORÇA MAIOR

9.1 Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

9.2 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

10. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICANTE

10.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do fornecedor/prestador de serviços, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à entidade adjudicante proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos do ponto 13.1 deste Caderno de Encargos.

10.2 A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respectiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da recepção, pelo destinatário, da referida notificação.

10.3 A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por actos ou faltas ocorrido durante a execução do mesmo.

11. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

11.1 Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte da Câmara Municipal, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao adjudicatário proceder a resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos do ponto 13 deste caderno de encargos.

11.2 Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a recepção da respectiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos 30 dias.

12. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo fornecedor/prestador do serviço depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

13. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

13.1 Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efectuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

13.2 Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

14. DEVER DE SIGILO

14.1 O fornecedor/prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.

14.2 A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

14.3 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

15. OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente é obrigado a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

16. ADUDICAÇÃO POR LOTES

O presente Ajuste Direto fica dispensada do número 2 do artigo 46ºA uma vez que o valor do preço base é inferior a 135.000,00 €.

17. CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de Caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88º do CCP na sua versão atual.

18. REDUÇÃO DO CONTRATO ESCRITO (ARTIGOS 94 E SGS. DO CCP, NA SUA VERSÃO ATUAL)

Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, o presente contrato será reduzido a escrito.

19. GESTOR DO CONTRATO

De acordo com o despacho n.º 11-2018, datado de 30-01-2018, proponho como gestor do contrato a Chefe de Divisão de Obras e Serviços Urbanos Sandra Figueira.

20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

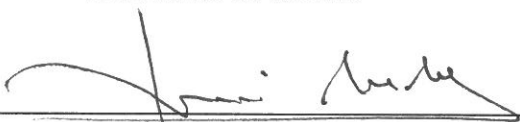
A adjudicação deverá ser feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade referida alínea b) do número 1 do artigo 74º do CCP na sua versão atual, isto é, avaliação na modalidade de monofator é o único aspeto da execução do contrato a celebrar.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Anexo aplica-se o disposto no o Código dos Contratos Públicos na sua versão atual, e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

Presidente da Câmara



Eng.º José Rodrigues Paredes